CONTRATO Nº 102/2023

CONTRATO REFERENTE À OBRA DE RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO E DOS PAINÉIS DE VEDAÇÃO EM ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO DE TRECHOS DO MURO DE DIVISA DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO CAJU COM A COMUNIDADE PARQUE ALEGRIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO E LANCER ENGENHARIA LTDA

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Sra. Diretora-Geral Eline Iris Rabello Garcia da Silva, ou, em sua ausência, pelo Diretor-Geral em substituição Alexander Moraes Rocha, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº **478/2023**.

CONTRATADA: LANCER ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ 44.785.815/0001-07, estabelecida na Rua Filomena Nunes, nº 518, Olaria/RJ, representada por Eckel Pereira Coelho, conforme Contrato Social doc. 3472440.

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Tomada de Preços nº 01/2023, instruído através do processo TRE nº 2020.0.000017254-3, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **contratação de obra de recuperação da estrutura de concreto armado e dos painéis de vedação em alvenaria de blocos de concreto de trechos do muro de divisa do Núcleo Administrativo do Caju com a Comunidade Parque Alegria,** conforme especificações contidas no Projeto Básico-Anexo I da **Tomada de Preços nº 01/2023** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto será executado em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência de **8 (oito) meses a contar da assinatura**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n° 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O preço total da contratação é de **R$ 241.183,59 (duzentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos)**

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta contratação, no valor de **R$ 241.183,59 (duzentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos),** correrá por conta do elemento: 33.9039 - Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº **877/2023**, de 19/12/2023

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. A contratada deverá apresentar garantia, no valor de **R$12.059,18**, no prazo de até **10 dias úteis** da assinatura do contrato, no valor equivalente a **5%** do valor total deste, podendo-se optar pelas seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

6.1.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.1.2. A validade da garantia deverá englobar o prazo do total de vigência do contrato e mais **90 dias** após o seu término.

6.2. Caso haja demora na apresentação do documento que represente a garantia, a contratante estará autorizada a promover a glosa em fatura no valor da garantia a ser prestada, ficando registrado o valor em conta contábil própria, podendo ser substituída por outro instrumento válido de caução, hipótese em que será imediatamente creditado o valor glosado na conta bancária da empresa.

6.3. A garantia somente será liberada em favor da contratada somente após o integral e definitivo cumprimento das obrigações por esta assumidas.

6.4. A garantia não poderá excluir de sua cobertura o pagamento de multas contratuais ou a cobertura de prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.

6.5. A garantia legal prestada deverá ser adequada como condição para acréscimos, supressões e eventuais reajustes e repactuações.

6.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados da data em que for notificada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DO CONTRATANTE:

7.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

7.1.2. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema.

7.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

7.2. DA CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Projeto Básico.

7.2.2. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto previstos no **item 5.10** do Projeto Básico, quando autorizado pela Administração.

7.2.3. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

7.2.4. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

7.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.6.7. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

7.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:

7.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas,

salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

7.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **item 5.4** do Projeto Básico.

8.2. O preço ofertado pela contratada será comparado com o preço estimado constante no **Anexo B - Orçamento Sintético Estimado**, de forma a obter-se Fator de Variação (FV), conforme a seguinte fórmula:

$$FV = \frac{VO}{VL} \times 100\%$$

Onde:

FV – Fator de Variação

VO – Valor Ofertado pela Licitante

VL – Valor Licitado

8.3. Este fator será aplicado, quando das medições, linearmente sobre todos os serviços/insumos do **Anexo B - Orçamento Sintético Estimado** do Porjeto Básico.

8.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1. O preço inicialmente contratado será fixo e irreajustável durante a vigência do contrato.

9.2. Se a vigência do contrato ultrapassar 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá ser reajustado, mediante a aplicação do INCC - Índice Nacional de Custo da Construção ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

10.1. As regras e critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços estão previstos no **item 7** do Projeto Básico – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, por atraso injustificado na execução do contrato e pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRE-RJ, garantida a prévia defesa, aplicará à contratada as sanções abaixo:

11.1.1. Advertência, por escrito.

11.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.1.4. Multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato, conforme tabelas abaixo.

11.1.5. Multa moratória, por dia útil, não ultrapassando o limite de 10% sobre o valor total do contrato, conforme tabelas abaixo.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (% do Valor do Contrato)
1	0,01%
2	0,05%
3	0,1%
4	0,5%

5	1%
6	2%
7	3%
8	4%
9	5%
10	20%

MULTAS POR INEXECUÇÃO

ITENS	DESCRIÇÕES	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	6	Por ocorrência, 2% sobre o valor mensal do contrato
2	Destruir ou danificar propriedade do TRE-RJ por culpa ou dolo de seus agentes, por ocorrência.	7	Por ocorrência, 3% sobre o valor mensal do contrato
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais nas dependências da Contratada, por ocorrência.	6	Por ocorrência, 2% sobre o valor mensal do contrato
4	Descartar entulho diretamente ou através de terceiros de forma não adequada à legislação ambiental vigente.	6	Por ocorrência, 2% sobre o valor global do contrato

MULTAS POR ATRASO

ITENS	DESCRIÇÕES	GRAU	INCIDÊNCIA

1	Concluir com atraso de mais de 30 dias a execução.	5	Por dia de atraso, 1% sobre o valor mensal do contrato
2	Concluir em prazo superior ao limite do IMR qualquer das obrigações contratuais	6	Por ocorrência, 2% sobre o valor mensal do contrato

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

11.3. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

11.4. Nos casos de instauração de procedimento apuratório que possa ensejar a aplicação de multa, o TRE-RJ poderá acautelar até 20% do valor da fatura, condicionando a liberação de eventual valor remanescente à conclusão do procedimento.A retenção cautelar será aplicada se inexistirem faturas próximas suficientes para garantir eventual multa ou se a gravidade da infração assim justificar.

11.5. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada dentro de **5 dias úteis** a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.

11.6. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

11.7. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

11.8. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório

11.9. A aplicação de penalidades não impede o desconto dos valores relativos às parcelas inexecutadas dos serviços.

11.10.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou CEIS, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Eventuais omissões de itens de serviços na planilha orçamentária, mas necessários ao adimplemento do projeto, incorrerão na necessidade de inclusão do respectivo item de serviço na planilha orçamentária, com as respectivas quantidades, preços unitários e totais, via termo aditivo.

13.3. No caso de acréscimo de novos itens, será adotada a mesma metodologia utilizada para compor os preços do Orçamento Estimado:

13.3.1. Os custos dos itens de serviços serão obtidos a partir das bases de custos Sinapi, Emop, SCO-Rio e TCPO, nesta ordem de preferência, ou, caso indisponíveis nestas fontes, em pesquisa de mercado.

13.3.2. O mês de referência a ser adotado será o mesmo do Anexo B - Orçamento Estimado.

13.3.3. Serão acrescidas as mesmas taxas de Leis Sociais e BDI utilizadas no Anexo B - Orçamento Estimado para compor o preço estimado do novo item.

13.3.4. Será aplicado o Fator de Variação descrito no item 8.2 deste Anexo.

13.4. Serviços incorretamente previstos, mas não necessários ao adimplemento do projeto não serão medidos.

13.5. Em caso de conflito entre a especificação ou quantitativo de item de serviço entre diferentes documentos, prevalecerão, na seguinte ordem de preferência:

13.5.1 . H - Caderno de Encargos

13.5.2 . G - Projeto Executivo

13.5.3 . B - Orçamento Sintético Estimado

13.6. Eventual necessidade de substituição do item de serviço incorretamente descrito, com as respectivas quantidades, preços unitários e totais, poderá ser formalizada via termo aditivo.

13.7. Alterações no projeto ou nas especificações da obra ou serviço repercutem na necessidade de prolação de termo aditivo para a respectiva correção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

14.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DAS ASSINATURAS

As partes expressamente concordam que este contrato pode ser assinado digitalmente, nos termos da Lei no 14.620/23:

a) Será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei;

b) Ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas; e

c) A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado, assinado pelas partes contratantes.

Rio de Janeiro, data da última assinatura eletrônica das partes.

ALEXANDER MORAES ROCHA:0964045

Assinado digitalmente por ALEXANDER MORAES ROCHA:0964045
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, OU=Cert-JUS Institucional - A3, OU=11871388000112, OU=Presencial, OU=Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro-TRE-RJ, OU=Servidor, CN=ALEXANDER MORAES ROCHA:0964045
Razão: Diretor-Geral em exercício
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023-12-20 16:38:08
Foxit Reader Versão: 9.7.2

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

gov.br
Documento assinado digitalmente
ECKEL PEREIRA COELHO
Data: 20/12/2023 16:02:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LANCER ENGENHARIA LTDA